

HISTÓRIA SOCIOLÓGICA BRASILEIRA E PAN-AFRICANISMO: REFLEXÕES PARA A EDUCAÇÃO

Brazilian sociological history and Pan-Africanism: reflections for education

Historia sociológica brasileña y PanAfricanismo: reflexiones para la educación

Meryelle Macedo da Silva¹
Márcia Aparecida de Souza²
Henrique Cunha Junior³

DOI: doi.org/10.31501/esf.v1i28.14693

Resumo: Este artigo objetiva refletir acerca da história sociológica brasileira através do paradigma científico pan-africanista. Defendemos a ideia da colonização africana no Brasil, o que não pode ser compreendido dentro da lógica eurocêntrica. Desde o período escravista criminoso, intelectualidades negras atuam no enfrentamento ao eurocentrismo por meio de paradigmas de ruptura, como o Pan-Africanismo, no intuito de permitir uma análise crítica dos movimentos afrodiaspóricos.

Palavras-chave: Pan-Africanismo. História sociológica brasileira. Movimentos afrodiaspóricos. Colonização africana. Intelectualidades negras.

Abstract: This article aims to reflect on the Brazilian sociological history through the pan-africanist scientific paradigm. We defend the idea of African colonization in Brazil, which cannot be understood within the eurocentric logic. Since the criminal slave period, black intellectuals have been working to confront eurocentrism through paradigms of rupture, such as Pan-Africanism, in order to allow a critical analysis of afrodiasporic movements.

Keywords: Pan-Africanism. Brazilian sociological history. Afrodiasporic movements. African colonization. Black intellectuals.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre la historia sociológica brasileña a través del paradigma científico panafricanista. Defendemos la idea de la colonización africana en Brasil, que no puede entenderse dentro de la lógica eurocéntrica. Desde el período de la esclavitud criminal, los intelectuales negros han estado activos en confrontar el eurocentrismo a través de paradigmas de ruptura, como el PanAfricanismo, para permitir un análisis crítico de los movimientos afrodiaspóricos.

Palabras-clave: Panafricanismo. historia sociológica brasileña. movimientos afrodiaspóricos. colonización africana. intelectuales negros.

¹ Doutoranda; Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE, Brasil. meryellerodrigues@hotmail.com | <https://0000-0002-7233-7281>.

² Doutoranda; Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE, Brasil. profmarciasouza2016@gmail.com | <https://0000-0002-2761-3224>.

³ Doutor; Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE, Brasil. hcunhaufc@gmail.com | <https://0000-0002-9664-5545>.

Artigo submetido em: setembro/2023. Aprovado em: novembro/2023.

Esferas, ano 13, vol. 3, nº 28, setembro-dezembro de 2023 | ISSN 2446-6190

Revista Esferas tem seu conteúdo sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



Introdução

As populações negras nas Américas através dos seus movimentos sociais desenvolveram linhas de pensamentos próprias e com autonomia em relação à produção europeia. Uma dessas linhas de produção do conhecimento é o Pan-Africanismo fundado oficialmente em 1900 e presente no Brasil pelo menos desde 1904. O Pan-Africanismo foi sempre uma ruptura de conhecimentos relativos ao conhecimento do ocidente, tendo grande consolidação a partir da Revolução Haitiana e dos pensadores do Caribe e das Antilhas.

Nesse contexto, nosso objetivo principal é refletir acerca da história sociológica brasileira através do paradigma científico Pan-Africanista. Para tanto nos fundamentamos no método da afrodescendência, o qual, segundo Cunha Junior (2013a) é destinado à análise das realidades historicamente produzidas pela população negra, dos seus patrimônios culturais, de suas memórias e também de suas problemáticas sociais.

Sendo uma ação essencialmente política, a pesquisa afrodescendente supera o mito da neutralidade científica, pois o pesquisador está conectado ao ambiente pesquisado, buscando a sistematização de conhecimentos que venham a visibilizar a população negra, sua história e cultura (Cunha Junior, 2013a). Como procedimentos metodológicos tivemos a revisão de literatura, através de autorias negras, como Jean-Baptiste Sans Souci (Trouillot, 2016), Toussaint L'Overture (James, 2010), Jean Prince Mars (Marques & Kosby, 2020), Anténor Firmin (Firmin, 1885), Virgínia Bicudo (2010), Manoel Querino (1918) e Cunha Junior (2022, 2017, 2013, 2010, 2001).

Uma revisão acerca da história sociológica brasileira com base em autorias pan-africanistas nos permitiu compreender, que o Brasil foi colonizado por africanos e afrodescendentes, em razão da espacialização de uma série de conhecimentos necessários para a formação de uma sociedade. Entretanto o reconhecimento desses conhecimentos é dificultado pelo eurocentrismo que continua mantendo sua hegemonia científica.

O brancocentrismo brasileiro por meio do eurocentrismo busca a manutenção das hierarquias sociais, atuando sistematicamente para o apagamento das intelectualidades negras. Ações de ruptura com a perspectiva eurocentrada vêm ocorrendo desde o período escravista criminoso, tendo grande participação dos intelectuais do movimento social negro.

O movimento social negro atuou/atua não só para a afirmação da existência do racismo pelo Estado brasileiro, mas, sobretudo por sua superação, o que não ocorrerá se continuarmos presos a abordagens científicas superficiais, que embora apareçam como novidades continuam seguindo os ideários eurocêntricos, a exemplo das epistemologias sul-sul. É preciso ressaltar ainda que muito do que tem sido apresentado por essas abordagens como mudanças de proposições e de conceitos, já vinha sendo realizado pelo Pan-Africanismo há mais de um século atrás.

O paradigma científico Pan-Africanista

O Pan-Africanismo é um movimento científico fundado oficialmente em 1900, cujo escopo principal é a ruptura com os conhecimentos ocidentais acerca da história africana e da África em diáspora, tendo grande consolidação a partir da Revolução Haitiana e da atuação dos pensadores do

Caribe e das Antilhas. Na perspectiva de Gomes (2014, p. 42) para o Pan-Africanismo a história africana é cíclica, contínua e organizada socialmente em todo território. O pensamento pan-africanista é essencialmente histórico, preocupado em analisar a complexidade de “experiências vividas pelos povos Negros sob o ângulo da organização social em famílias, vilas, comunidades, bairros, cidades, países, nações, presídios, sindicatos, movimentos, associações, projetos, partidos”.

O paradigma pan-africanista influenciou e ainda influencia a construção de conhecimentos sobre a história da humanidade no ocidente cristão, superando muitas das afirmações históricas racistas, tais como a de que a África não tinha história e que, portanto, não havia registros escritos sobre a historicidade africana. Gomes (2014, p. 41) ressalta como exemplo da atuação do Pan-Africanismo a elaboração da História Geral da África, obra composta por 8 volumes, produzidos entre as décadas de 1960 e 1980 e influenciada pelos intelectuais pan-africanistas S.K.B. Asante, de Gana; Amadou Hampaté Bâ, do Mali; Théophile Obenga, de Congo Brazzaville; Ali Marzrui, do Quênia, além de “intelectuais africanos das décadas de 1940, 1950, 1960 e 1970, que viviam um contexto anticolonial revolucionário em África”.

Na produção da História Geral da África emergiu uma quantidade significativa de escritos utilizados no continente africano durante pelo menos 6000 anos, produzidos desde as civilizações do Rio Nilo, até o período da expansão islâmica no continente africano, datada do século 8 em diante. Paralelo ao uso de escritos históricos diversos, também se consolidou o uso da história oral que sempre foi muito difundida no continente africano. De forma que tanto os conceitos e métodos do trabalho histórico, quanto o conjunto de conhecimentos sobre a África no mundo ocidental ficaram

profundamente alterados, caracterizando uma grande mudança dos paradigmas da história nas sociedades ocidentais.

A História Geral da África, contou com a significativa participação de autores africanos, intelectuais negros que detinham conhecimentos epistemológicos sobre suas histórias e suas ciências. É preciso salientar que as universidades e grupos de produção do conhecimento no continente africano, a exemplo das universidades islâmicas do Marrocos, Egito e Mali, foram instituições muito mais antigas que as europeias, apenas não eram reconhecidas no ocidente. Também, a Etiópia através do cristianismo copta e dos monastérios sempre produziu uma elite intelectual que remonta aos tempos da escrita da Bíblia cristã.

No que tange ao pensamento pan-africanista em diáspora temos importantes intelectuais afrodescendentes como Jean-Baptiste Sans Souci (Trouillot, 2016), Toussaint L'Overture (James, 2010), Jean Prince Mars (Marques & Kosby, 2020), Anténor Firmin (Firmin, 1885), além dos participantes da Revolução do Haiti, que culminou na independência desse país em 1830.

No caso brasileiro, temos como exemplos de intelectuais pan-africanistas Cunha Junior (2022, 2017, 2013, 2010, 2001), Luiz Gama (Gama, 2021), André Rebolças, que visita à África antes de 1900 e escreve sobre ela (Mattos, 2013), Virgínia Bicudo (Bicudo, 2010), Guerreiro Ramos (Ramos, 1995), Clóvis Moura (Moura, 1988), os negros socialistas de Pelotas e os grupos de intelectuais que participaram dos movimentos operários negros antes da abolição (Muller, 1999), e Manoel Querino (Querino, 1918). No entanto, no Brasil se formou uma mentalidade de apagamento dos pensadores e das pensadoras negras, o que nós chamamos desde 1980 de brancocentrismo brasileiro, uma

ideologia baseada no eurocentrismo e ampliada através dos ideais de Gilberto Freyre e de Caio Prado Júnior.

A ideia principal do Estado, ao fundamentar-se em tais autores, era propagar o pensamento de que os africanos e a população negra não produziam conhecimentos. Segundo Cunha Junior (2013b) através, sobretudo do livro *Casa grande e Senzala*, Gilberto Freyre busca romantizar a relação entre brancos e negros, na tentativa de mascarar as violências sofridas por negros e negras e na continuidade desse processo age para inferiorizar sua cultura.

Embora, carregadas de equívocos e limitações históricas, o livro em questão é tido como de maior importância para a história brasileira, comumente fazendo parte dos referenciais bibliográficos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da área de Ciências Humanas do país. Tal fato corrobora para uma análise acrítica da história sociológica brasileira, na qual se inclui a negação do racismo. Considera-se que ao propagar “elementos da naturalidade da história como argumento”, o livro, *Casa Grande e Senzala* “não pode fazer uma historiografia renovada e nem ser pensado como marco de ruptura na historiografia social. Também não deve representar uma forma coerente com a realidade para explicar a nossa estrutura social” (Cunha Junior, 2013b, p.99).

Os escritos de Caio Prado Júnior também estão presentes em muitos dos cursos de Ciências Humanas do país, especialmente nos cursos de Pedagogia. O referido autor cristaliza a ideia racista de que africanos e afrodescendentes no Brasil eram apenas forças braçais, chegando a conceituar a população negra como bárbara e sem intelecto (Cunha Junior, 2022). No livro *Formação do Brasil contemporâneo*, Caio Prado Júnior ressalta que a “contribuição do escravo preto ou índio para a formação brasileira é, além daquela energia motriz, quase nula” (Prado Júnior, 2004, p.276

apud Cunha Junior, 2022, p.104). Diante do contexto, afirmamos que foram utilizadas teses racistas para que os conhecimentos produzidos pela ciência ocidental fossem consolidados como “verdades” incontestáveis, tornando-se um modelo universal. Segundo Cunha Junior (2022, p.100-101) nesse processo de produção e propagação do conhecimento utilizou-se “como ponto de partida apenas os conceitos da filosofia grega como base da racionalidade humana” para impor uma perspectiva de inferioridade aos demais conhecimentos científicos.

Refletindo sobre essa questão, Ramos (1995, p.240) afirma que os povos brancos exercendo domínio sobre os territórios e as populações a eles inerentes, impuseram uma concepção de mundo “feita à sua imagem e semelhança”, pela qual são espacializados os valores dos conquistadores brancos, que se colocam na história como “símbolo do excelso, do sublime, do belo”, enquanto os negros ficam renegados a “uma carga milenária de significados pejorativos”, decorrentes de sua suposta inferioridade.

Esse pensamento racista influenciou a existência de autores também racistas que visam a manutenção das estruturas sociais. Diante disso, ocorrem tentativas de destruição do legado intelectual e cultural dos africanos que vieram para o Brasil, e conforme afirma Querino (1918), apesar das condições de vida sub-humanas impostas pelo sistema escravista, construíram esse país.

O eurocentrismo perpetua um controle hegemônico sobre a ciência e desse modo somente o conhecimento de raízes europeias é tido como positivo, certo, coerente, lógico, concebível, portanto, científico. Diante disso, autorias negras cujo paradigma científico é africano, como o Pan-Africanismo, são invalidadas, o que não favorece uma análise crítica do processo afrodiaspórico e como consequência, da história sociológica brasileira. Esse controle sobre a ciência constitui parte do projeto

racista. É sempre necessário ressaltar que o racismo antinegro no Brasil é estrutural, portanto, se enraíza por toda a sociedade, não permitindo a existência de uma justiça social.

Moura (1988, p. 17) nos traz uma reflexão sobre a realidade racista brasileira ao afirmar que os estudos acerca da população negra são intermediados pela ideia de uma suposta “imparcialidade científica” que decorre em “preconceitos acadêmicos”, e por uma ideologia racista, que promove novas formas de racialização. Tal ideologia é fruto da “superestrutura escravista”, estando conectada ao modelo econômico que lhe sucedeu. Esse processo está sendo marcado por uma atualização dos processos de hierarquização social, alimentando as elites “do combustível ideológico capaz de justificar o peneiramento econômico-social, racial e cultural a que ele está submetido atualmente no Brasil através de uma série de mecanismos discriminadores” da população negra.

Mesmo em face do racismo estrutural antinegro, autorias negras, a exemplo de Manoel Querino, Clóvis Moura, Virgínia Bicudo e Guerreiro Ramos, agem no combate tanto às mentalidades eurocêntricas quanto as brancocêntricas, evidenciando o protagonismo histórico da população negra que sempre existiu, com autonomia de pensamento e criação de ideias próprias. Atualmente, a dificuldade de acessarmos essas autorias nos cursos de Ciências Humanas recai na propagação de ideias postas como novidades e revolucionárias, mas que trazem reflexões já realizadas pelo Pan-Africanismo, além de não realizarem uma ruptura sistemática com o eurocentrismo, pois não é um pensamento efetivado pela população negra e para a população negra. Esse é o caso das epistemologias sul-sul.

As epistemologias sul-sul e as abordagens teóricas a ela atreladas são de importância relativa e restrita quando se trata de população negra e das relações do Brasil com o continente africano, tendo

em vista que pela geografia, a ancestralidade do Brasil com relação à África é de milhões de anos. Essa é uma observação geográfica e geológica que tem passado despercebida pelos intelectuais e acadêmicos brasileiros. Apesar da separação dos continentes pelos movimentos tectônicos, o Brasil tem os mesmos tipos de solos das regiões tropicais africanas, a exemplo dos solos de laterite e dos solos pretos como o de massapê, os quais se encontram apenas nas regiões tropicais e causam uma imensa distinção geográfica, cultural e econômica entre o Brasil, a África e a Europa. Ainda, as tecnologias que viabilizaram as economias brasileiras são as mesmas que possibilitaram o desenvolvimento das economias africanas e asiáticas. Tecnologias que os europeus desconheciam e foram transportadas para o Brasil devido ao conhecimento dos africanos, representados por uma longa tradição científica, tecnológica e econômica.

As epistemologias sul-sul, deixam de vislumbrar um dado importante, o que dificulta a compreensão da realidade historicamente produzida, trata-se do fato de que apenas metade do continente africano e metade da América Latina, na qual inclui todo o Brasil, se situa a sul do Equador. Entende-se que a nossa relação histórica, econômica, cultural e geográfica, com o Norte Africano e mesmo com a Ásia, que se localiza toda no hemisfério norte, também é fundamental para a compreensão dos fenômenos das sociedades brasileiras de ascendência africana.

Ainda nessa direção é necessário sinalizar que a cultura africana tem sua origem no Antigo Egito, Núbia e Etiópia, sendo, portanto, uma cultura do hemisfério norte africano. Posteriormente essa cultura se expande para o sul, devido a atuação dos povos Bantus.

Também, quase a totalidade da economia mundial desde o Antigo Egito até o presente é do hemisfério norte. O norteamento dado pelas bússolas, devido ao polo magnético terrestre, também foi e

é o norteamamento das economias e das produções da humanidade. Não foi o curto período histórico de 200 a 300 anos de hegemonia europeia que determinou o norteamamento da humanidade. Hegemonia que já se encerrou pouco antes da mudança do milênio para 2000, tendo em vista a perda dos territórios africanos e o crescimento das economias chinesas e coreanas. Fatos esses, que não foram percebidos pelos intelectuais e acadêmicos brasileiros, os quais continuam arraigados à dominação ocidental e não percebem que a hegemonia europeia ficou no passado.

Acreditamos que o entendimento efetivo do período afrodiaspórico só é possível se conseguirmos suplantarmos a perspectiva eurocêntrica de explicação da realidade. Somente um paradigma científico não eurocêntrico, como o Pan-Africanismo, pode propiciar a compreensão da África em sua complexidade sistêmica, o que nos permite desvelar o protagonismo histórico de africanos e afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira. É o que discutiremos a seguir.

Africanos, afrodescendentes e a formação da sociedade brasileira

Africanas e africanos de vários lugares do continente foram trazidos forçadamente para o então território brasileiro, onde materializaram uma diversidade cultural, conectada a unidades culturais sistêmicas, que permitiram a espacialização de valores civilizatórios, como coletividade, comunitarismo, pertencimento a natureza, circularidade, oralidade e ancestralidade. Esses valores teceram parte significativa da história sociológica brasileira e continuam a enraizar-se através das populações negras das várias regiões do país. Mesmo guardando especificidades culturais, tais populações se unificam culturalmente através dos valores, os quais nos levam a cruzar o Atlântico e retornar ao território da nossa ancestralidade. Esse movimento de retorno nos ensina a reconhecer continuamente nossa

afrodescendência, bem como compreender os caminhos percorridos por aqueles que vieram antes de nós e foram relevantes para a constituição dos nossos espaços vividos.

Não devemos jamais esquecer que foram mais de 300 anos de escravismo criminoso, projeto europeu de exploração de africanos e afrodescendentes. Nossos ancestrais foram vítimas das mais diversas violências, sejam elas físicas, psíquicas, morais e culturais, tudo em prol de um sistema de dominação pautado na desumanização e inferiorização de grupos étnicos não europeus. É importante ressaltar que quando falamos em exploração não nos limitamos à força braçal, mas principalmente à inteligência, pois as sociedades africanas que aqui chegaram eram detentoras de uma diversidade de conhecimentos, sem os quais a sociedade brasileira não existiria.

Embora não esquecendo as mazelas sociais impostas pelo escravismo criminoso, cabe-nos investigar as contribuições de africanos e seus descendentes para as transformações sociais, considerando que o eurocentrismo forjou uma história de inferiorização da população negra escravizada, para não afirmar sua limitação tecnológica.

Desse modo, precisamos superar o discurso racista dos escravizados enquanto fator de produção, como se o trabalho fosse uma ação alheia ao pensamento. Quem executa uma atividade, necessariamente reflete sobre ela. O movimento do corpo está ligado ao movimento da mente, do intelecto, dessa forma compreendemos que os nossos ancestrais possuíam sim, uma mão de obra especializada e uma diversidade de conhecimentos tecnológicos. Nessa direção, Cunha Junior (2010, p.10) ressaltam que o “Brasil, colônia e império, em seus aspectos tecnológicos, começa no continente africano e nos conhecimentos trazidos pela mão de obra africana”. Querino (1918, p.30) nos convida a pensar o Brasil de então, descortinando a concepção de colonização. Para o autor, colonizar significa

transferir conhecimento, territorializar através de técnicas e de um trabalho especializado. Os africanos trouxeram técnicas de agricultura, mineração, pecuária, arquitetura dentre outras, além de influenciarem o comércio, a educação científica e as artes em geral, "competindo-lhe, portanto, um lugar de destaque, como fator da civilização brasileira".

Fundamentados no paradigma pan-africanista, entendemos que o Brasil não foi colonizado pelos europeus. Os nossos quilombos, os nossos terreiros e os nossos movimentos sociais não foram colonizados pelos europeus, portanto não existe nada a descolonizar. Como também questionamos a denominada colonização europeia, pois o que houve foram invasões criminosas e destruidoras, portanto não mereceram o título de colonização. Colonizar é um ato pacífico de habitar e transferir cultura e conhecimentos e não foi isso o que as populações europeias realizaram na ocupação do continente africano e muito menos durante o escravismo criminoso nas Américas.

Embora as ideias de Querino (1918) sejam do início do século 20, elas continuam necessárias, pois o eurocentrismo permanece dificultando nosso entendimento da realidade, colocando africanos e seus descendentes na história como a-históricos, incivilizados, inferiores culturalmente, portanto, sem relevância social. O eurocentrismo é a base do brancocentrismo, os quais, por meio de ideologias racistas afirmam que o atraso social da população negra é fruto da sua própria inferioridade. Esse ideário passa a ser tecido com mais ênfase no período pós-abolição, em especial com o advento da República.

O Brasil procurou adiar ao máximo a libertação dos escravizados, sendo o último país do continente americano a oficializar a abolição. E diante desse processo parte da elite brancocêntrica se

colocou na história como salvadora, redentora das mazelas sociais de negras e negros, como se todas as violências destinadas aos nossos ancestrais pudessem ser esquecidas.

Diante da criação dos mitos redentores, emerge a necessidade de controlar socialmente a população ex-escravizada, impedindo que a mesma ascendesse socialmente. De fato, a abolição quando realmente efetivada, possibilitou a expulsão de negras e negros dos seus postos de trabalho e lugares de moradia, tanto no campo como na cidade. O êxodo rural passa a ser uma realidade específica dos lugares. Essas populações ao chegarem nos centros urbanos, juntam-se a outros contingentes populacionais negros e passam a habitar os arredores das cidades, formando e/ou consolidando bairros negros urbanos (Cunha Junior, 2017).

O Brasil racista do final do século 19 e início do século 20 atuou para o extermínio da população negra através das políticas de branqueamento. O Estado brasileiro financiou a entrada de imigrantes europeus pobres e analfabetos, no intuito de branquear a sociedade. A ideia era de que, com o passar do tempo, os negros deixassem de existir. Aos imigrantes europeus foi dado pelo Estado o acesso ao trabalho remunerado, o que deveria ter acontecido com a população negra, a qual foi negado o direito de existir. Entretanto, tais práticas racistas eram veladas, escondidas sob o véu de um discurso de harmonia étnico-racial e social. Diante desse contexto, Cunha Junior (2001) chama atenção para duas ideologias que marcaram o início da nossa história enquanto república, a saber, a base social miscigenada e o mito da democracia racial.

Na primeira temos o entendimento da sociedade a partir da relação entre o branco, negro e o índio, constituindo a mestiçagem brasileira. Aqui, algumas questões problemáticas merecem destaque. Existe uma tentativa de romantização da história, pela qual se esconde as violências sexuais sofridas

por mulheres e homens negros e também indígenas para a construção dessa suposta miscigenação, além disso, buscou-se mascarar o projeto de branqueamento. Temos também a negação das especificidades culturais, no sentido de pensar uma integração nacional focada na homogeneidade cultural.

Defender a ideia da mestiçagem diante desse contexto é negar a existência de populações negras e indígenas, e suas culturas. Esse ideário irá influenciar a construção das historiografias dos lugares, invisibilizando o protagonismo histórico das populações negras na construção do espaço geográfico. O foco principal do Estado foi mascarar os conflitos étnico-raciais, cultivando a ideia de uma harmonia social que é propagada internacionalmente. Desse modo, se desobriga de efetuar políticas públicas específicas à população negra.

Sem negros e indígenas não haveria racismo e muito menos a necessidade de pensar políticas públicas destinadas à sua superação e a consequente ascensão social das populações marginalizadas historicamente. A base social miscigenada está diretamente ligada ao mito da democracia racial, segundo o qual todos os grupos sociais tinham as mesmas possibilidades de ascender socialmente. Entretanto, a elite brasileira no passado e no presente sempre teve cor, ela é branca ou racializada enquanto tal. A população negra foi e continua sendo excluída socialmente.

É necessário citar o pensamento de Bicudo (2010) sobre a ascensão social da população negra. Para a autora, ascender socialmente vai além do acesso a melhores condições econômicas ou mesmo ao ensino superior, pois tal acesso em geral está ligado a discriminação racial. A ascensão social seria decorrente da ruptura do sistema de racialização, onde cidadãos negros são vistos como inferiores em termos étnicos, culturais, políticos, sociais e econômicos.

Ainda sobre o mito da democracia racial podemos dizer, que ele foi consolidado com a publicação do livro *Casa Grande e Senzala* e continuou operante mesmo depois da ditadura militar. Houve muita pressão policial sobre os grupos negros socialistas, como ameaças de prisão, fechamento dos órgãos de investigação, invasão a bailes e festas pela polícia, sem declarar as razões para tais atos. Não existiu proibição do debate sobre racismo, porém houve grupos sociais que se mostraram contra o debate, como os marxistas. Os partidos de esquerda começaram a mudar de posição a partir de 1975 devido ao crescimento dos movimentos negros e a necessidade de realizarem uma base ampla popular para derrubar a ditadura militar.

Em 1978, existiu uma frente ampla que incluiu tendências da esquerda partidária e se realizou o ato de protesto contra o racismo em frente ao teatro municipal de São Paulo. Tal ato foi decorrente de uma grande rede de movimento que se formou ao longo da década de 1970, principalmente a partir do Rio Grande do Sul, através da literatura negra e dos grupos de teatro e dança de Porto Alegre. Foi exatamente no Rio Grande do Sul que surgiu a ideia da criação do dia da Consciência Negra, cuja finalidade é repensar a história brasileira.

O movimento em frente ao teatro teve ainda expressiva participação das entidades negras do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nesse processo, o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN), juntamente com o grupo de Jornal Versus tiveram grande relevância. Do ato em questão decorreu um movimento amplo contra o racismo, a saber, o Movimento Unificado Contra o Racismo. O referido movimento, tornou-se no ano seguinte, Movimento Negro Unificado Contra o Racismo, sendo uma das várias organizações existentes no período.

Ainda na década de 1970, dois movimentos merecem destaque. Um estabelecido no eixo Rio e São Paulo e outro em Belo Horizonte, ambos marcados pela formação de uma diversidade de grupos negros. A arte, o teatro, a literatura e a militância se amalgamaram.

No campo das grandes expressões de massa popular, a pioneira foi a Bahia com os blocos afros e os grupos de consciência negra desde 1974.

O ano de 1978 foi ainda mais rico. Ocorreu a expansão da literatura negra com o surgimento dos Cadernos Negros e depois com a formação do grupo Quilombo Hoje. Nesse mesmo ano houve a realização do Festival Comunitário Zumbi dos Palmares (FECONEZUM), festival que reuniu os grupos de dança e de teatro negro do Estado de São Paulo. Em sua primeira edição na cidade de Araraquara reuniu cerca de 2000 participantes, além de contar com a apresentação de 16 grupos teatrais. O referido festival se manteve por mais de 4 décadas.

Resultantes dos anos 1970 tivemos além do forte movimento dos negros do Partido Democrático Trabalhista (PDT), as pastorais negras da Igreja Católica que produziram uma imensa rede, reunindo o catolicismo de preto das irmandades e das congadas e os atores políticos dos movimentos de consciência negra. No surgimento dos grupos dentro dos partidos políticos é fundamental registrar o nascimento da União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO). Na região Norte e Nordeste foram realizados importantes encontros dos movimentos negros considerados essenciais para a transformação da educação e para as pautas políticas dos movimentos negros entre 1980 e 1995.

A força política dos movimentos negros partidários se concentrou no PDT, o qual em 1984, na redemocratização do país elegeu Abdias do Nascimento para o senado e mais três governadores negros, que constituíram a principal força dos movimentos negros na constituinte de 1988.

A mudança sistemática de posição dos movimentos sindicais sobre a questão do racismo antinegro avançou entre os anos de 1988 e 1995. Quando então, houve uma poderosa articulação dos movimentos sociais, sindicais e partidários contra o racismo e a realização da grande marcha de 1995 em Brasília, a saber, a Marcha Zumbi dos Palmares, pela Cidadania e pela Vida. Tendo como consequência dessa marcha o reconhecimento do governo brasileiro da existência de racismo contra as populações negras e daí o início das políticas públicas de combate ao racismo.

O título dado à marcha nos faz pensar sobre quem de fato era cidadão no Brasil, quem tinha o direito de viver e viver com dignidade. Acreditamos que não teremos uma cidadania plena enquanto houver racismo. Não viveremos dignamente enquanto nossa juventude for alvo de genocídio. Não haverá uma vida íntegra enquanto nossos espaços vividos forem vulneráveis socialmente e não tivermos o direito de ascender socialmente por meio do trabalho e da educação.

Percebemos assim que o tema da marcha ainda é urgente. Embora políticas públicas tenham sido implementadas, especialmente na educação, precisamos garantir que as mesmas sejam efetivadas, no sentido de desestruturar o racismo. E nessa empreitada não podemos esquecer que foram mais de 300 anos de escravismo criminoso.

Importa citar que não há como refletir sobre políticas de ação afirmativa sem referenciar o movimento social negro que foi o grande construtor desse ideal na sociedade brasileira. Uma das maiores pautas de políticas públicas dos movimentos negros sempre foi a educação, seja a educação básica ou o ensino superior.

Os movimentos negros sempre realizaram atividades de educação e para a educação desde o período do escravismo criminoso. Sempre combateu o eurocentrismo e as visões deturpadas sobre a

história do Brasil (Vide Guerreiro Ramos, Clóvis Moura, Abdias Nascimento), tendo em vista que o eurocentrismo propaga visões superficiais da história brasileira, não conseguimos enxergar o protagonismo negro nas transformações sociais do meio urbano e rural e nas várias áreas da produção do conhecimento.

Os movimentos negros sempre realizaram atividades de educação e para a educação desde o período do escravismo criminoso. A produção dos intelectuais Clóvis Moura (Moura, 1988), Guerreiro Ramos (Ramos, 1995) e Abdias Nascimento (Nascimento, 2019) combatiam o eurocentrismo e as visões racistas sobre a história do Brasil e apontavam que o eurocentrismo propagava visões superficiais da história brasileira, no intuito de dificultar o reconhecimento do protagonismo negro.

Fundamentados no eurocentrismo deixamos de conhecer e compreender as várias formas de resistência da população negra no período escravista criminoso e no pós-abolição e continuamos a entender como heróis aqueles que executaram violências sistemáticas contra negros e indígenas, como no caso dos bandeirantes.

O Pan-Africanismo sempre foi uma via de discussão da formação do operariado de populações negras na diáspora e no continente africano. Uma via autônoma com relação ao marxismo, por vezes incluindo o marxismo e outras vezes o superando. O Pan-Africanismo recupera a existência de intelectualidades negras ao longo de toda a história das civilizações africanas e europeias. Sendo que foi um dos movimentos importantes no processo de independência africana. Ao nos permitir conhecer, compreender e sistematizar os ideários de intelectuais negros, o Pan-Africanismo nos propicia desestruturar o eurocentrismo.

Acerca do eurocentrismo e da educação, cabe-nos ressaltar o fato de não ser ensinado nas escolas brasileiras, sobre a história africana antes da invasão europeia, dessa forma é negado o conhecimento dos processos civilizatórios africanos, marcados por saberes específicos e filosofias de vida coletivas. Essas realidades históricas são invisibilizadas pelas instituições escolares de nível básico e também pelas instituições de nível superior.

O fato é que as informações sobre a população africana são contadas a partir do tráfico de seres humanos para serem escravizados na América (Munanga & Gomes, 2006), onde foram propagados como incivilizados pelos europeus. Essa invisibilidade nos infere a questionamentos e reflexões: Como o europeu levou a civilização ao continente africano, milhares de anos mais antigos que aquele? E ainda, como uma população dita incivilizada conseguiu mesmo na condição de cativa, construir uma nação?

A resposta para tais questionamentos só é possível se houver uma ruptura com o eurocentrismo, o que decorrerá da mudança dos paradigmas científicos, como ocorre no Pan-Africanismo.

Considerações finais

O Pan-Africanismo é o paradigma científico que fundamenta esse trabalho, nos propiciando a compreensão do período afrodiaspórico brasileiro e consequentemente da história sociológica brasileira, tendo em vista o reconhecimento do protagonismo social de africanos e afrodescendentes. Protagonismo esse que não é evidenciado pelo branconcentrismo brasileiro, o qual se alimenta do eurocentrismo. Uma das formas de manutenção da visão eurocêntrica é a valorização das teorias racistas que marcam a educação brasileira, como a de que a África não tem história e que as

populações africanas e afrodescendentes não tiveram importância na história do Brasil, além da força física. Atrelada a essa valorização de escritos racistas diversos ocorrem tentativas sistemáticas de apagamento das intelectualidades negras, no intuito da continuidade das hierarquias sociais e do racismo antinegro. Somente paradigmas científicos de verdadeira autonomia frente ao eurocentrismo têm possibilidade de transformar essa realidade. Nesse processo apresentamos o Pan-Africanismo.

Referências

- Cunha Junior, H. (2001). Africanidade, afrodescendência e educação. *Educação em debate*, Fortaleza, v.2, n.42, p. 1-11.
- Cunha Junior, H. (2010). Tecnologia africana na formação brasileira. Rio de Janeiro: CEAP.
- Cunha Junior, H. (2013a). Afrodescendência e africanidades: um dentre os diversos enfoques possíveis sobre população negra no Brasil. *Interfaces de Saberes*, v. 1, p. 14-24.
- Cunha Junior, H. (2017). *Bairros negros: epistemologia dos currículos e práticas pedagógica*. Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Questões Curriculares, Educação, Formação e Crioulidade, Cidade de Praia, Cabo Verde.
- Cunha Junior, H. (2022). História dos afrodescendentes: disciplina do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, 21(232), p.99-113.
- Cunha Junior. (2013b). Críticas ao pensamento das senzalas e casa grande. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, 13(150), p.84-100.
- Bicudo, V. L. (2010). *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. São Paulo: Editora Sociologia e Política.
- Firmin, J. A. A. (1885). *De l'Égalité des Races Humaines: Anthropologie Positive*. Paris : Librairie cotillon.
- Gama, L.(2021) *Liberdade 1880–1882*. São Paulo: Hedra.
- Gomes, F. F. (2014). *Pan-africanismo, historiografia e educação: experiências em Cabo Verde e no Brasil*. [Dissertação -Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará]. Acervo Digital da UFC. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/10942>

James, C. L. R. (2010). *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. Trad. Afonso Teixeira Filho. 1ª ed. rev. São Paulo: Boitempo. COPIAR

Marques, P. M.; & Kosby, M. F. (2020). Antenor Firmin, Jean Price-Mars, Jacques Roumain: Antropólogos haitianos repovoando as narrativas históricas da Antropologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35. n.10, p 1-20. <https://doi.org/10.1590/3510404/2020>

Mattos, H. (2013). André Rebouças e o Pós-abolição: entre a África e o Brasil (1888-1898). Simpósio Nacional de História, conhecimento histórico e diálogo social, Natal, Rio Grande do Norte. http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364674765_ARQUIVO_HebeMattos_anpuh.pdf

Moura, C. (1988). *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Editora Ática.

Muller, L. (1999). As contas do meu rosário são balas de artilharia: Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. [Dissertação-Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. PUCRS.

Munanga, K & Gomes, N. L. (2006). *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global.

Nascimento, A. (2019). *O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Querino, Manuel. *O colono preto como fator da civilização Brasileira*. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20815/13416>. Acesso em: 12 abr. 2019.

Ramos, A. G. (1995). *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Trouillot, M-R. (2016). *Silenciando o passado: poder e a produção da história*. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya.